



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**FACULDADE DE DIREITO**

**MARCO AURELIO CAVALCANTE**

**LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE FRENTE  
AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, IGUALDADE E  
COMPETITIVIDADE**

**Brasília – DF  
2018**

**Marco Aurelio Cavalcante**

Matrícula: 16/0077371

**LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE FRENTE  
AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, IGUALDADE E  
COMPETITIVIDADE**

Monografia apresenta à Faculdade de  
Direito da Universidade de Brasília (UNB)  
como requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Direito:

Orientador: Prof. Ms. Felipe Inácio  
Zanchet Magalhães

**Brasília – DF  
2018**

**MARCO AURELIO CAVALCANTE**

**LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE FRENTE AOS  
PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, IGUALDADE E  
COMPETITIVIDADE**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

Esta monografia apresentada ao final do Curso de Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, foi considerada suficiente como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito. O examinado foi considerado \_\_\_\_\_.

Brasília, \_\_\_\_ de novembro de 2018.

Dedico este trabalho a minha querida esposa,  
Maria Raimunda Alves dos Santos Cavalcante,  
a quem devo a minha vida, e mais uma vez soube  
me confortar quando eu mais precisei.  
Obrigado por você existir.

As minhas filhas

Jéssica e Thaís

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador Prof. Ms. Felipe Inácio Zanchet Magalhães, pela forma objetiva e clara que conduziu a orientação desta dissertação.

Ao meu pai e minha mãe (*In memorian*), pela educação que me proporcionaram.

Aos professores da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, que nunca se pouparam em dividir seus conhecimentos comigo.

Aos amigos conquistados durante o Curso de Direito, que sempre estiveram ao meu lado nessa longa caminhada, que me ampararam e me incentivaram nos momentos mais difíceis, fazendo com que eu alcançasse todos os objetivos a que me propus.

É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota. (Theodore Roosevelt)

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico e autoral conferido ao presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado **“LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE FRENTE AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, IGUALDADE E COMPETITIVIDADE”**, isentando a Universidade de Brasília, a coordenação do curso e o orientador Felipe Inácio Zanchet Magalhães de toda e qualquer responsabilidade acerca deste trabalho.

Brasília,    de novembro de 2018.

Marcos Aurelio Cavalcante  
CPF: 014.656.767-67

## RESUMO

Nos últimos anos constatou-se que a ciência e a tecnologia em muito contribuíram para o aumento da expectativa de vida da população mundial, concomitantemente a essa expansão demográfica, houve uma ampliação do mercado consumidor, assim, seguindo o pressuposto do capitalismo, ocorreu um aumento de produção para atender este novo mercado, tendo como consequência a necessidade cada vez maior de matérias-primas e recursos naturais. A consequência desse momento ímpar vivido pela humanidade está vinculada à constatação de graves danos causados ao meio ambiente, nesse sentido, formou-se no cenário mundial, uma consciência cada vez mais pulsante de preservação ambiental e de desenvolvimento sustentável. O Brasil, tentando adaptar-se a esse novo paradigma imposto pela a sociedade contemporânea, procurou incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, com o objetivo de fomentar uma consciência de desenvolvimento sustentável e a gestão racional de recursos públicos. O objetivo deste estudo foi verificar se as Licitações Sustentáveis afrontam os princípios da economicidade, igualdade e competitividade destacados no ordenamento jurídico brasileiro. A pesquisa desenvolveu-se através de uma análise minuciosa de todo o arcabouço jurídico que envolve o tema, em contraponto ao posicionamento da doutrina que se coloca contra ou favor das “Licitações Verdes”. Ao final constatou-se que o objeto de estudo da investigação em tela, deve ter em seu escopo de avaliação todas as variáveis que o envolve, assim, concluiu-se que as Licitações Sustentáveis não ferem os princípios da economicidade, igualdade e competitividade, e ainda, seguem os ditames constitucionais atinentes à proteção ambiental e ao desenvolvimento nacional sustentável.

**Palavras-chave:** Licitações Sustentáveis. Economicidade. Igualdade. Competitividade.



## **ABSTRACT**

In recent years, it was found that science and technology contributed greatly to the increase in the life expectancy of the world population. In addition to this demographic expansion, there was an expansion of the consumer market, thus, following the assumption of capitalism, there was an increase to meet this new market, resulting in a growing need for raw materials and natural resources. The consequence of this unique moment lived by humanity is linked to the discovery of serious damages caused to the environment, thus, an increasingly vibrant awareness of environmental preservation and sustainable development has formed on the world stage. Brazil trying to adapt to this new paradigm imposed by contemporary society sought to incorporate principles and criteria of environmental management in its routine activities, with the aim of fostering an awareness of sustainable development and rational management of public resources. The objective of this study was to verify if Sustainable Bidding faces the principles of economicity, equality and competitiveness highlighted in the Brazilian legal system. The research was developed through a thorough analysis of the entire legal framework that surrounds the theme, as opposed to the positioning of the doctrine that opposes or favors the "Green Bids". At the end, it was verified that the object of study of the research on screen, should have in its scope of evaluation all the variables that involve it, thus, it is verified that there is an adaptation of Sustainable Tenders with the principles of economicity, equality and competitiveness , and also follow the constitutional dictates of environmental protection and sustainable national development.

**Keywords:** Sustainable Tenders. Economicity. Equality. Competitiveness.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CF	Constituição Federal
CISAP	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
EC	Emenda Complementar
MP	Medida Provisória
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
TCU	Tribunal de Contas da União
Unced	Organizações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
2.	MOVIMENTO DE SUSTENTABILIDADE.....	13
3.	SUSTENTABILIDADE: CONCEITO E BREVES NOÇÕES.....	14
3.1	Sustentabilidade.....	14
3.2	Sustentabilidade e a Constituição Federal .....	14
3.3	Compras públicas: o poder do Estado.....	15
4.	LICITAÇÕES PÚBLICAS.....	16
4.1	Conceito e finalidade .....	16
4.2	A evolução das licitações públicas no Brasil.....	18
4.3	Tipos de Licitação.....	20
4.4	Modalidades de licitação.....	22
4.5	Novos limites para as licitações.....	25
5.	LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: CONCEITO E BREVES NOÇÕES....	26
5.1	Legislação que trata de licitações sustentáveis.....	28
6.	LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS EM CONFRONTO COM PRINCÍPIOS.....	30
6.1	Licitações sustentáveis e o princípio da economicidade .....	30
6.2	Licitações sustentáveis e os princípios da igualdade e da competitividade .....	33
7.	FINALIDADE DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	35
8.	CONCLUSÃO.....	36
	REFERÊNCIAS.....	37

## 1. INTRODUÇÃO

A licitação possui previsão no inciso XXI do Art. 37 da Constituição Federal:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Os doutrinadores se posicionam de diversas formas quando o tema é licitação. Mello (2004) conceitua da seguinte maneira:

[...] um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir.

Para Meirelles (2014) a licitação “É o procedimento administrativo mediante o qual a administração pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse”.

Já Justen Filho (2014), entende que:

É um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção da proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica.

Percebe-se que é uma unanimidade o discurso elaborado pela doutrina de que a licitação visa à seleção da melhor proposta, e que ela seja a mais adequada para atender a demanda estatal, contudo, como visto anteriormente, conforme os novos dispositivos legais contemporâneos, no qual se destaca o Decreto nº 9.178/2017, a licitação assume outro papel, que é de promover o desenvolvimento nacional sustentável de uma maneira mais incisiva. Com nova redação do dispositivo legal, a situação que antes era opcional passa a ser uma obrigatoriedade nos critérios e práticas sustentáveis dos novos instrumentos convocatórios.

Contudo, existe uma retórica que se alicerça no seguinte questionamento: a realização de licitações sustentáveis ofenderia, em tese, os princípios da economicidade, igualdade e competitividade de uma licitação?

Para responder este questionamento, este trabalho estará estruturado da seguinte forma: primeiramente serão apresentados os conceitos referentes a sustentabilidade, em seguida será destacado o tema Licitações Públicas, logo após será interposto o conteúdo referente a

Licitações Sustentáveis, ato contínuo será apresentado o confronto normativo e doutrinário sobre Licitações Sustentáveis e os princípios de economicidade, igualdade e competitividade, posteriormente será discorrido sobre a finalidade das Licitações Sustentáveis, e por fim, será apontada a conclusão atinente a matéria.

## **2. MOVIMENTO DE SUSTENTABILIDADE**

A humanidade vive um momento impar. A evolução social, o movimento tecnológico, a quebra de paradigmas do comportamento humano são apenas alguns exemplos dessa relação dinâmica do homem com o seu espaço, nesse contexto o homem cria seus próprios desejos, vontades, objetivos e valores.

Conforme esclarece BELLEN (2005) O desenvolvimento de tecnologias, o aumento da expectativa de vida humana e as mudanças no estilo de vida da população mundial demandaram um aumento considerável no consumo, de matéria-prima e energia, para sustentar as necessidades da sociedade.

Em contraponto, verifica-se que a população mundial consome aproximadamente 50% dos recursos naturais a mais do que o planeta pode naturalmente repor, trazendo uma demanda excessiva sobre os recursos naturais, acarretando em passivos ambientais em níveis local, regional e global, conforme fora comprovado nos dados disponibilizados pela Global Footprint Network (2011).

A utilização excessiva dos recursos do planeta pelos humanos está levando a Terra a uma situação de risco nunca vivenciada antes. Pela primeira vez na história, uma espécie pode ser responsável por uma extinção em massa, pois estamos caminhando a passos largos nesta direção, pesquisas indicam que 75% das espécies do planeta simplesmente deixarão de existir, conforme explicam Grego e Barros (2016).

O tema começou a ser tratado com a importância devida a partir de 1992, através da Conferência das Organizações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced), também conhecida como Rio 92, o evento propôs metas de ações sobre a interação do ser humano com o meio ambiente, onde fora produzido o documento chamado de Agenda 21. Este documento ressaltou a importância do envolvimento de todos os níveis dos governos e atores sociais importantes, integrando objetivos econômicos, sociais e ambientais na busca de um desenvolvimento sustentável. Esse documento também mencionava a necessidade de se desenvolver uma economia verde pelas Nações, conforme esclareceu Binderman Et al. (2008).

A responsabilidade sobre a preservação do meio ambiente é hoje um dos principais temas balizadores das ações governamentais e não governamentais. Atualmente, o poder público começou a inserir a questão ambiental em suas políticas públicas, em especial, na aquisição de produtos e contratações de serviços.

O Brasil coloca-se a vanguarda dessa nova discussão, o Estado Brasileiro procurou estabelecer normativos com o intuito de estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, tendo como objetivos a economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos.

Em função da importância da dimensão ambiental na sociedade contemporânea, torna-se imperioso a temática sobre compras e licitações sustentáveis, esse estudo tem por objetivo apresentar os dispositivos normativos que norteiam as aquisições sustentáveis no Brasil, com a finalidade de proporcionar uma reflexão sobre o desenvolvimento de uma política de contratações públicas que utilizam critérios de sustentabilidade.

### **3. SUSTENTABILIDADE: CONCEITO E BREVES NOÇÕES**

#### **3.1 Sustentabilidade**

Conforme explica Machado (2013) a noção de sustentabilidade está calcada em dois critérios: o primeiro refere-se as ações humanas que passaram a ser analisadas sobre seus efeitos no tempo cronológico, estudando-as no presente e no futuro; o segundo procura fazer um prognóstico de futuro, enfatizando seus efeitos e o tempo de prolongação.

Desta forma entende-se que a Sustentabilidade é a capacidade de exploração do ambiente respeitando a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável, conforme esclarece Sturla (2018).

#### **3.2 Sustentabilidade e a Constituição Federal**

Ao estudar a Constituição Federal, verifica-se no Art. 225, a imposição ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras, Brasil (1988) *in verbis*:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Apesar do capítulo não trazer especificamente o termo, indica uma série de ações que conduzem ao conceito de Sustentabilidade, cabe esclarecer que ao se falar em meio ambiente, não se trata apenas de preservação de florestas e espécies em extinção. As áreas urbanas são passíveis de desequilíbrio ambiental, e o engano dos cidadãos é acreditar que o meio ambiente é o que está longe, e esquecer que não dar a destinação adequada ao lixo, não preservar os mananciais pode causar sérios problemas a toda população urbana.

Nas Constituições anteriores à de 1988, não havia qualquer referência à expressão meio ambiente, Lemos (2010) explica que até a década de 70 havia até mesmo total desinteresse, que se explicava pela pouca ocorrência de acidentes ecológicos; não se percebia o valor socioeconômico dos recursos naturais que eram considerados livres.

Foi apenas na década de 80 que cresceu a consciência ecológica, que acabou se refletindo na formulação da legislação ambiental. A Lei 6.938/1981 definiu o meio ambiente como sendo um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo. E a Constituição Federal de 1988 foi um marco na legislação brasileira, ao trazer um capítulo inteiro dedicado à proteção ambiental, o Art. 225 transcrito anteriormente.

Como direito fundamental pertencente à terceira geração de direitos fundamentais, provindo do próprio direito à vida, o direito ao meio ambiente equilibrado e sadio é indisponível e prevalece o dever jurídico constitucional de preservá-lo, para garantir a transmissão às gerações futuras. Assim, conforme esclarece Sturla (2018) o princípio do desenvolvimento sustentável deve ser compreendido como um conjunto de instrumentos preventivos que possam ordenar ações econômicas, tecnológicas, educacionais e conservacionistas, compatibilizando a atividade econômica com a proteção do meio ambiente.

### **3.3 Compras públicas: o poder do Estado**

Pereira Et al. (2014) esclarecem que o Estado em suas compras públicas age como fator de estímulo no processo produtivo, promovendo a busca pela qualidade, a produtividade,

a inovação tecnológica, adequando o mercado interno a suas necessidades, gerando consequências positivas como aumento na oferta de empregos, promovendo a competitividade entre empresas, e colaborando para o desenvolvimento nacional.

De acordo com o Ministério do Planejamento (2015), as compras governamentais realizadas no Brasil no ano de 2014 movimentaram cerca de R\$ 62,1 bilhões na aquisição de bens e serviços por meio de 196,9 mil processos, levando-se em consideração todas as modalidades de contratação, as contratações públicas realizadas com Micro e Pequenas Empresas (MPes) movimentaram o total de R\$ 16,7 bilhões.

Desta forma, comprova-se que poder público, no âmbito de suas compras públicas, apresenta um alto grau de influência no mercado interno, evidenciando o papel do Estado de indutor de mudanças nos processos produtivos de diversos setores da economia.

Esclarece Tachizawa (2011) que as compras governamentais estão inseridas em uma nova realidade, caracterizada por clientes comprometidos e dispostos a interagir com organizações éticas que atuam de forma ambientalmente responsável.

Nesse sentido, esclarece Seiffert (2011) que essas mudanças de hábitos dos consumidores, foram fundamentais na elaboração de mecanismos objetivos, despertando nas organizações o interesse pela gestão ambiental.

Neste momento, que os impactos sociais e ambientais estão nas agendas dos líderes mundiais, tornando o comércio internacional um instrumento para a gestão ambiental, faz com que a sustentabilidade surja como uma necessidade para os Estados.

O poder público brasileiro alinhado com esta nova realidade, estabeleceu ações que estejam em consonância com o equilíbrio ambiental, para que os direitos constitucionais tais como, o desenvolvimento econômico, social e proteção ao meio ambiente, e uma consequente melhora na qualidade de vida, sejam assegurados a todos.

A utilização de recursos públicos na aquisição de bens e serviços gera grande impacto na economia. Devido ao seu poder de compra, o Estado pode referenciar o mercado quanto ao perfil de suas compras públicas, promovendo uma competição na indústria e mudanças significativas em todas as etapas da cadeia produtiva, contribuindo para mudanças no padrão produtivo e na forma de se comprar e consumir Betiol Et al. (2012).

## **4. LICITAÇÕES PÚBLICAS**

### **4.1 Conceito e finalidade**



A origem da palavra “Licitação” é do “*Licitazione*” que significa “arrematar em leilão”. O procedimento de Licitação teve sua origem na idade média, nos Estados Medievais da Europa, onde se usou o sistema denominado “Vela e Prego”, o procedimento iniciava através do instrumento convocatório (aviso), no local, data e horário previsto, reuniam-se: um representante do Estado e demais interessados; era de costume acender-se uma vela para dar início o certame, cujos participantes (licitantes) ofereciam lances até que a vela se apague por si só ou, queimando até o seu final, o vencedor seria aquele que ofertasse o último lance de menor preço conforme explica Ribeiro (2007).

Verifica-se que a administração pública ao necessitar de materiais ou serviços de terceiros, não pode simplesmente adquirir ou contratar de forma aleatória, pois, ela deve agir com o intuito de atender os interesses da sociedade e buscar sempre a isonomia.

Nesse sentido, Mazza (2012) destaca que a licitação seria um procedimento obrigatório que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública. A razão de existir dessa exigência, segundo ele, reside no fato de que o Poder Público não pode escolher livremente um fornecedor qualquer, como fazem as empresas privadas. Os imperativos da isonomia, impessoalidade, moralidade e indisponibilidade do interesse público, que informam a atuação da Administração, obrigam à realização de um processo público para seleção imparcial da melhor proposta, garantindo iguais condições a todos que queiram concorrer para a celebração do contrato.

A definição de Carvalho Filho (2015, p. 240) para o instituto licitação é:

(...) um procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos: a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico.

Di Pietro (2001, p. 350) é muito feliz na sua definição de licitação, a autora expressasse da seguinte forma:

(...) o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato.

O conceito de proposta “mais conveniente” destacado pela autora, na citação anterior, deve levar em consideração todos os aspectos que o engloba, o menor preço não é o único critério, outras variáveis devem ser apreciadas, como: qualidade, condições de entrega, legalidade e outras que venham a atender a administração pública.

A Lei nº 8.666/93, em seu artigo 3º, *caput*, traz de forma sintética e clara os objetivos do instituto licitação, Brasil (1993):

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

## **4.2 A evolução das licitações públicas no Brasil**

Conforme explica Júnior (2018), o primeiro texto normativo que tratou de licitação no Brasil foi o Decreto nº 2.926/1862, que regulamentava as arrematações dos serviços a cargo do então Ministério da Agricultura, Comércio, e Obras públicas. Neste decreto já se falava em amostras de objetos a serem fornecidos, porém quem deveria disponibilizar as amostras era o próprio órgão licitante, o qual deveria disponibilizar também plantas e demais detalhes técnicos aos interessados pelas obras.

Após algumas modificações no Decreto Nº 2.926/1862, foi promulgado o Decreto-Lei Nº 4.536/22, que organizava o Código de Contabilidade da União.

O Decreto-Lei Nº 200/1967, estabeleceu a reforma administrativa federal e tratou sobre licitações no Título XII, que continha em torno de 20 Artigos.

A Lei Nº 5.456/1968 previa apenas que o Decreto Lei Nº 200/1967 deveria ser aplicado aos Estados e Municípios, sendo que os prazos de publicação poderiam ser reduzidos à metade e que leis estaduais fixariam os valores que deveriam ser aplicados em cada modalidade de licitação.

A legislação que norteava o processo de licitação brasileira apresentava muitas lacunas, pois dava margem a várias interpretações, resquícios de uma administração centralizadora e burocrática, que até certo momento fora viável. Através do processo de

democratização, buscou uma nova maneira de governar, neste ínterim, o processo licitatório ganhou notoriedade por meio do Decreto-Lei nº 2.300/1986.

O Decreto-Lei 2.300/1986 foi o grande marco da licitação no Brasil até aquele momento. Conforme afirma Rigolin (2009, p. 192):

O antigo Estatuto Jurídico das Licitações e dos Contratos Administrativos marcou profunda e definitivamente seu lugar na história do direito Brasileiro, a tal ponto que, consoante se denota, até mesmo o legislador brasileiro de 1991 a 1993 o prestigiou na mais ampla medida, elegendo-o como fonte primordial de inspiração para a Lei 8666/93.

A Carta Magna de 1988 instituiu ser da competência privativa da União legislar sobre as normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas, e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e municípios (...)", mais ainda, ampliou tal competência em relação às Empresas públicas e Sociedades de economia mista, conforme redação dada pela EC nº 19/1998.

A Constituição Federal/88 dispôs sobre licitações o que se segue:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

[...]

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no Art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do Art. 173, § 1º, III; [...]

Art.37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Segundo Rigolin (2009, p.45), a CF/1988 recepcionou integralmente o Decreto-Lei 2300: “Sobrevindo a nova Constituição Federal de 1988, ela recepcionou integralmente aquela orientação da Lei Licitatória de 1986, dispondo por vez primeira no direito constitucional brasileiro, sobre licitações e contratações administrativas...”

A lei 8666/1993 foi baseada integralmente no Decreto-lei 2300/1986, segundo Rigolin (2009, p.41): “Tão revolucionário e “monumental” se revelou, no plano da legislação federal,

o antigo Estatuto das Licitações, que o próprio legislador federal não se encorajou a substituir aquele modelo já amplamente conhecido”

Visando trazer maior segurança às contratações públicas, houve um aumento significativo no número de artigos, burocratizando e aumentando o volume das normas, haja vista que foram implantados incisos e parágrafos entre os artigos já existentes.

Verificou-se que o legislador buscando segurança contra corrupção, apenas burocratizou procedimentos, ao invés de criar mecanismos de controle e fiscalização.

Conforme explica Rigolin, a primeira providência dos autores da Lei de licitações foi ampliar o número de regras existentes e transformar todo o conjunto da lei em normas gerais de licitações e contratos administrativos, obrigando assim os estados e municípios ao cumprimento desta lei, além de criar um código penal licitatório compreendido entre os artigos 89 a 99 Rigolin (2009, p.41-43).

Sendo assim, não pode a Administração Pública abdicar do certame antes da celebração de seus contratos, salvo em situações excepcionais definidas em lei.

Nesse sentido, a Administração Pública cuidou-se para quebrar a rigidez do processo licitatório apenas em casos especiais de compra, sem desrespeitar os princípios de moralidade e da isonomia. A contratação por meio da dispensa de licitação deve limitar-se a aquisição de bens e serviços indispensáveis ao atendimento da situação de emergência e não qualquer bem ou qualquer prazo, conforme os fundamentos disposto no Art. 24 da Lei 8666/1993.

Depois da Lei 8666/1993 veio a Lei do Pregão, Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), Lei das Estatais e agora está na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6.814/1917 que tudo indica será a nova lei de licitações.

#### **4.3 Tipos de Licitação**

Ao se verificar os princípios da licitação, constata-se que o julgamento das propostas deve seguir um critério objetivo. A partir deste pressuposto, a própria lei 8.666/1993, no seu Art. 45, §1º, define os critérios que o administrador deve utilizar para julgar as propostas apresentadas.

Art.45

[...]

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso: (Redação dada pela Lei nº 8.883/94)

- I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;
- II - a de melhor técnica;
- III - a de técnica e preço.
- IV - a de maior lance ou oferta - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.

Assim, apura-se a existência de três tipos de licitação: menor preço, melhor técnica e técnica e preço. Embora, tenha-se como regra a dotação da licitação do tipo menor preço, com a finalidade de atender ao princípio da “Economicidade”, o dispositivo legal dispõe também a “técnica” como um elemento que poderá ser utilizado em um processo aquisitivo.

No que se refere ao maior lance ou oferta, este somente é utilizado, como registra o texto normativo, para os casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.

Ao se analisar o determinado tipo de licitação que será utilizado, deve-se levar em consideração, basicamente, o critério pelo qual haverá o julgamento das propostas apresentadas.

Os tipos de licitação também se encontram intrinsecamente relacionadas ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. A lei de Licitações em seu Art. 44, §2º, determina que não será considerada “qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas demais ofertas dos demais licitantes”. Desse modo, é dever da Administração em licitações de qualquer modalidade – seja concorrência, tomada de preços, concurso, leilão ou convite – indicar o tipo de licitação adotado.

Ainda referente ao processo de aquisição, destaca-se também, o critério de desempate, que é indicado no Art. 3º da Lei 8666/1993:

Art 3º

[...]

§ 2º Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

I - (Revogado pela Lei nº 12.349, de 2010)

II - produzidos no País;

III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País. (Incluído pela Lei nº 11.196/05)

V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. (Incluído pela Lei nº 13.146/15)

Caso persista a situação de igualdade, torna-se obrigatória à adoção do sorteio como a única possibilidade de desempate, conforme registra o disposto no Art. 45, § 2º, da Lei nº

8.666/1993, “a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo”.

Em síntese, conforme esclarece Carvalho Filho (2015, p. 298), o critério menor preço decorre da verificação objetiva. “Diz a lei que tal tipo decorre quando o instrumento convocatório determina que a proposta mais vantajosa será aquela que se apresentar de acordo com as especificações do edital e ofertar menor preço”, sendo amplamente mais utilizado.

Por outro lado, os tipos de melhor técnica e técnica e preço são tratados no estatuto, segundo o mesmo doutrinador, com infeliz complexidade. Nas licitações do tipo melhor técnica (Art. 46, § 1º) o instrumento convocatório fixará o preço máximo que a Administração se propõe a pagar, posteriormente “serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas exclusivamente dos licitantes previamente qualificados e feita então a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado (...)”. Em seguida haverá abertura das propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório e à negociação das condições propostas, com a proponente melhor classificada, com base nos orçamentos detalhados apresentados e respectivos preços unitários e tendo como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima.

O tipo de licitação *técnica e preço*, utilizado exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, está definido no Art. 46, § 2º da Lei 8.666/1993:

Art. 46

[...]

§ 2º Nas licitações do tipo “técnica e preço” será adotado, adicionalmente ao inciso I do parágrafo anterior, o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório:

I - será feita a avaliação e a valorização das propostas de preços, de acordo com critérios objetivos preestabelecidos no instrumento convocatório;

II - a classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório.

#### **4.4 Modalidades de licitação**

A modalidade de licitação é a forma específica de conduzir o procedimento licitatório, a partir de critérios definidos em lei. Existem seis modalidades licitatórias: concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão e pregão, que estão conceituadas no Art. 22 da lei 8.666/1993 e no Art. 1º da Lei nº 10.520/2002. Há ainda, a defesa por parte de alguns autores da modalidade consulta, todavia “não se trata de modalidade prevista na lei de Licitações,

tendo aplicação somente para as agências reguladoras, com procedimento por elas definido” Marinela (2018, p. 560).

A lei 8666/1993 prevê em no § 8º do Art. 22, a vedação de criação de outra modalidade licitatória. Contudo, isso não impediu que o legislador, por meio de outra lei, criasse uma nova modalidade de licitação, como ocorreu com a modalidade *pregão*, uma vez que a criação do Estatuto de Licitações e Contratos não esgota a competência da União para legislar sobre o tema.

Para permitir a escolha da modalidade licitatória aplicável à determinada situação, deve-se levar em consideração dois elementos: as especificidades do objeto e o valor da contratação. Por meio deste último, poderão ser escolhidas as modalidades concorrência, tomada de preços ou convite. Destaca-se que a modalidade concorrência, não obstante ao valor, em determinadas situações é também obrigatória.

Destaca-se, ainda, que é possível a utilização das modalidades: concurso, leilão e do *pregão*, para casos específicos.

O Art. 23, §4º, da lei de Licitações, todavia, prevê a possibilidade de substituir uma modalidade licitatória por outra, porém esta deverá ter seu processo mais rigoroso que o anterior, a título exemplificativo, se para o caso concreto a lei exigir o convite, a modalidade mais simples, é possível substituí-la pela tomada de preços, uma modalidade mais rigorosa, o que dependerá de uma análise subjetiva do administrador, visando o interesse público.

O convite, modalidade de licitação mais simples, é definido no §3º do Art. 22 da Lei de Licitações:

Art.22

(...)

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

Na modalidade convite, a Administração escolhe quem quer convidar, sendo a publicidade do procedimento feita mediante a afixação da carta-convite no quadro de avisos da repartição pública. Sendo assim, com o propósito de impedir a violação do princípio da impessoalidade, o § 6º do Art. 22 determina que “existindo na praça mais de três possíveis interessados, a cada novo convite realizado para objeto idêntico ou assemelhado é obrigatório o convite, no mínimo, a mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações”.

Dessa maneira, permite-se a simplicidade de procedimento do *convite*, evitando a utilização deste em benefício das mesmas pessoas. Segundo Fortuna (2015, p. 17) “por meio dessa alternância, o princípio da impessoalidade é respeitado”.

O Tribunal de Contas da União registra jurisprudência, fundamentada no Art. 22 §§ 3º e 7º, da Lei 8.666/1993 e consubstanciada na Súmula/TCU 248, no sentido de que não basta o convite a pelo menos três empresas, sendo necessário à apresentação de três propostas válidas. Assim, ainda que sejam convidados três ou mais interessados, e apenas um tenha apresentado proposta, deve-se repetir o procedimento.

A lei conceitua a tomada de preços no §2º do Art. 22:

Art.22.

[...]

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

No que tange a concorrência, esta se destina a contratações de vulto médio, cujas faixas de valor são estabelecidas em lei (Art. 23, I, alínea b, e II, alínea b). Por outro lado, é menos amplo o círculo de divulgação, já que ao contrário da concorrência, só participam do certame aqueles previamente cadastrados e cadastráveis, ou seja, que possuem antes da data final do recebimento das propostas requisitos para o cadastramento.

A concorrência é adequada a contratações de grande vulto. A partir de limites estabelecidos em lei (Art. 23, I, “c”, e II, “c”), um para serviços e outro para compras, há a exigência da respectiva modalidade. Como os recursos empregados pela Administração pública são demasiadamente elevados, o processo licitatório requer mais cuidados, e dessa maneira, a concorrência é a que apresenta em seu procedimento o maior rigor formal, sendo exigível uma fase inicial de habilitação preliminar, na qual são aferidas as condições de cada participante, e ampla divulgação, dela podendo participar quaisquer interessados que demonstrem possuir os requisitos mínimos de qualificação fixados no edital (Art.22, I e §1º do Estatuto).

No entanto, como já foi mencionada, a lei exige a concorrência em algumas situações em função da natureza do contrato a ser celebrado. É o caso da compra ou alienação de bens imóveis, quando o certame possui cunho internacional e/ou pretende celebrar contrato de concessão de direito real de uso. A Lei nº 11.284/2006, referente à gestão de florestas



públicas também exigiu a concorrência para contratação de concessões florestais em seu Art. 13, § 1º Carvalho Filho (2015).

No Concurso, previsto no Art. 22, § 4º, do Estatuto, ocorrerá à escolha de trabalho científico, artístico, ou técnico com prêmio ou remuneração aos vencedores, conforme o edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco dias. Possui, dessa forma, caráter intrinsecamente intelectual. Quando se realiza um concurso, não há o interesse administrativo, a princípio, de contratar com ninguém. Uma vez, julgado o vencedor, e cumprido o intuito de premiação, a licitação se encerra. Como o julgamento é dado por determinada comissão, cabe ressaltar, dessa maneira, que em tal modalidade, a escolha do vencedor é muitas vezes passível de subjetividade, sendo não muito difícil o desvio de finalidade concurso.

A modalidade de licitação denominada Leilão versa sobre a venda de bens inservíveis para a Administração Pública, de mercadorias legalmente apreendidas, de bens penhorados (dados em penhor – direito real constituído ao bem) e de imóveis adquiridos pela Administração por dação em pagamento ou por medida judicial. Adquire direito à compra o candidato que oferecer o maior lance, devendo ser igual ou superior à avaliação (Art. 22, § 5º), a qual deverá ser realizada antes do procedimento.

Outra concordância entre os doutrinadores é sobre a exigência de ampla divulgação, ou seja, do princípio da *publicidade* em tal modalidade, a fim de uma efetiva oportunidade para que a administração realize bons negócios.

O Pregão foi instituído pela Lei 10.520/2002, resultante da conversão em lei da MP Nº 2.182-18/2001, e versa sobre a aquisição de bens e serviços comuns, ou seja, materiais e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital.

#### **4.5 Novos limites para as licitações**

O Decreto 9.412/2018 atualizou os valores do Art. 23 da lei 8.666/1993:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do Art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

- a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

- a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

As consequências diretas advindas dessa atualização poderão ser destacadas da seguinte forma:

a) Aumentam as situações nas quais o administrador público estará autorizado a utilizar a modalidades de “convite” e Tomada de Preços”, ou seja, houve uma ampliação dos casos nos quais a administração pública poderá realizar modalidades menos complexas de licitação; e

b) Aumenta o limite de valor (“teto”) que o administrador público tem para contratar diretamente, sem licitação.

Por mais estranho que pareça é possível um Decreto atualizar valores estabelecidos em lei, a própria lei 8.666/1993 estabelece no seu Art. 120 esta possibilidade:

Art. 120. Os valores fixados por esta Lei poderão ser anualmente revistos pelo Poder Executivo Federal, que os fará publicar no Diário Oficial da União, observando como limite superior a variação geral dos preços do mercado, no período.

Como a produção de uma lei é bem mais demorada que a de um decreto, a intenção do legislador foi a de dinamizar esse processo, permitindo uma atualização rápida. Vale ressaltar, no entanto, a ressalva feita ao final no sentido de que essa atualização deve respeitar “a variação geral dos preços do mercado, no período”. Em outras palavras, não se trata de um aumento real, mas sim de uma mera recomposição da variação dos preços no período, destaca-se, ainda, que apesar de haver um dispositivo legal, os valores da licitação ficaram congelados por mais de 20 (vinte) anos, um dos principais objetivos alegados pelo Estado em atualizar esses valores foi de que a intenção era de melhorar a eficiência das compras governamentais, por meio da expansão das dispensas de licitação, que hoje representam cerca 85% das aquisições públicas. Uma licitação pode ser considerada deficitária quando o custo para que a mesma seja realizada supera a economia que iria se obter com ela.

## **5. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: CONCEITO E BREVES NOÇÕES**

O meio ambiente vem sendo tema integrante na discussão de políticas públicas, nesse sentido, identifica-se que este possui características que devem ser abordados pelo Estado,

pois a política ambiental trata de problemas que englobam bens comuns, de uso coletivo e que são de ação global.

A política de contratações públicas deve levar em consideração critérios de sustentabilidade, pois é um tema de grande relevância, trata-se de um instrumento indutor que pode influenciar o mercado e os padrões de consumo de uma sociedade.

A Licitação Sustentável destina-se a garantir o princípio institucional da isonomia, da seleção mais vantajosa para a administração, e ainda promover o desenvolvimento sustentável mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nos processos licitatórios.

Os procedimentos licitatórios não devem ser vistos somente com um procedimento administrativo que tem como objetivo somente a aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento do Estado, mas deve ser levado em consideração a possibilidade de programar políticas públicas que induzam a um padrão de consumo e produção que atendam aos interesses da sociedade, de forma justa e igualitária, não comprometendo o bem estar de gerações futuras.

O mercado nacional necessita descobrir a inserção da sustentabilidade no seu modelo de produção, pois isso é uma tendência mundial, e para que ocorra o Estado deve incentivar através de suas contratações tal procedimento.

Observa-se que a aquisição de produtos que causam menos dano ambiental é uma contratação mais vantajosa, quando é observada a aquisição sob o prisma de interesses da humanidade.

A exigência de critérios ambientais, sociais e econômicos nas contratações públicas, demonstra a coerência da atuação do comprador público com relação à obrigatoriedade do Estado proteger o meio ambiente e fomentar o desenvolvimento econômico e social.

O Estado deve utilizar o seu poder de grande consumidor de bens, serviços para sensibilizar os demais consumidores sobre as complicações ambientais e sociais associadas aos diferentes tipos de compras, ratificando que as empresas tenham ética nas práticas comerciais, não deixando de considerar aspectos relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento econômico e social.

Segundo os autores Kotler e Keller (2012) o produto é algo oferecido no mercado para a apreciação, aquisição ou consumo, cuja finalidade é atender alguma necessidade ou desejo, nesta perspectiva se enquadram os bens físicos e serviços.

Ainda tratando-se de produto, Dias (2012) explica que produto ecológico é aquele que além de cumprir as mesmas funções dos produtos equivalentes, causa impactos ambientais negativos inferiores durante o seu ciclo de vida.

Para Betiol (2012), licitações sustentáveis decorrem de dois conceitos: de licitação que é um procedimento administrativo pelo qual um ente público, visando a selecionar a proposta mais vantajosa para um contrato de seu interesse, abre a todos os interessados a possibilidade de apresentar propostas e a de desenvolvimento sustentável, que é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras, com equilíbrio entre os fatores sociais, ambientais e econômicos.

Por sua vez Santos e Barki (2009) conceituam licitação sustentável como um processo por meio do qual as organizações, em suas licitações e contratações de bens, serviços e obras, valorizam os custos efetivos que consideram condições de longo prazo, buscando gerar benefícios à sociedade e à economia e reduzir os danos ao ambiente natural.

Conforme destacam Birdeman Et al. (2008) as compras verdes são um processo onde a contratação de bens, serviços e obras, consideram os custos efetivos, em longo prazo, visando benefícios econômicos para sociedade, com um mínimo de dano ao meio ambiente.

Como já identificado na compra sustentável o foco da aquisição não é apenas eminentemente quantitativo, ou seja, hoje leva em consideração aspectos qualitativos, ou seja, a relação benefício-custo é a norteadora das ações.

As licitações sustentáveis não surgem como uma nova modalidade de licitação, e sim, como uma maneira diferente de se executar as modalidades de licitação já existentes na legislação, pois a busca pela proposta de menor preço e que atenda a necessidade da administração pública sem deixar de serem considerados os aspectos ambientais.

Conforme explica Betiol Et. Al. (2012), as licitações sustentáveis configuram-se no ponto da intersecção entre três variáveis: a busca pelo melhor preço, combinado a atenção aos critérios ambientais, sem frustrar a competitividade, de maneira que ao optar pela aquisição de um produto sustentável não venham restringir a concorrência. Isso ocorre porque os objetivos da licitação sustentável visam a ser instrumento de ação positiva de integração de critérios ambientais e inovador na escala de produção e consumo da economia nacional, bem como ser eficientes, não elevando os custos neste tipo de contratação, haja vista que o enfoque principal recai na aquisição de produtos e serviços ecológicos.

### **5.1 Legislação que trata de licitações sustentáveis**

Conforme esclarece o Ministério do Planejamento (2018), as contratações governamentais, no Brasil, movimentam recursos da ordem de 10 a 15% do Produto Interno Bruto (PIB). As aquisições públicas em virtude de sua abrangência ultrapassam as dimensões

sociais, econômica, ambiental, político e outros. O poder econômico é de tal monta que causa impacto na produção de muitas empresas, assim como no consumo e desfazimento ambiental. Ao observar este fato sob o prisma do direito econômico, constata-se que as contratações públicas vêm desempenhando papel fundamental na implementação das políticas públicas, no fomento às inovações tecnológicas, na transparência e controle social, pois essas contratações atingem tanto o setor governamental, quanto a iniciativa privada, e, conseqüentemente, refletem em toda a sociedade.

Assim, por meio das contratações públicas sustentáveis, o Estado contribuiu com o preceito constitucional que institui o direito de todos a um ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum de todos e essencial à sadia qualidade de vida. Cabendo também ao Estado Brasileiro e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para tratar do tema sustentabilidade no âmbito do Estado brasileiro, foram estabelecidos procedimentos administrativos em normas específicas com o intuito de estabelecer orientações sobre sustentabilidade no âmbito das compras públicas, nesse sentido ocorreu a inserção normativa a partir da Lei 12.349/10 que alterou a Lei 8.666/1993, a Lei nº 8.958/1994 e a Lei nº 10.973/2004, e ainda, revogou o § 1º do Art. 2º da Lei nº 11.273/2006, estabelecendo

A Lei 8.666/1993 ficou com a seguinte redação no seu Art. 3º:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O Decreto nº 7.746/2012 regulamentou o Art. 3º da Lei 8.666/1993 estabelecendo critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações públicas realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP).

A criação da CISAP foi com a finalidade de integrar e concentrar as discussões referentes à sustentabilidade no âmbito do Estado Brasileiro, o objetivo precípua dessa

comissão é a elaboração de estratégias para assegurar a implementação de normas para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável; estratégias de sensibilização e capacitação de servidores para a correta utilização dos recursos públicos e para a execução da gestão logística de forma sustentável.

Recentemente, o Decreto nº 9.178/17 alterou o Decreto 7.746/2012 que regulamenta o Art 3º da Lei 8.666/1993, o Art. 2º passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes **adotarão** critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.  
Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade **será justificada** nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame. (*Grifo nosso*)

Essa alteração é importantíssima, pois, em lugar de opcional (poderá), passa a ser obrigatória (deverá) a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade. Até mesmo a exclusão da expressão “diretrizes gerais” no novo texto regulamentar parece querer dar cunho mais prático à norma.

O novo texto regulamentar avançou no que se refere ao aspecto de sustentabilidade, no entanto, sinaliza que, agora, ainda que não seja uma prática comum ao mercado, devem ser feitas exigências de critérios e práticas sustentáveis.

Destaca-se que se torna imperioso a necessidade de assinalar uma perfeita correspondência ao conceito nacional de desenvolvimento regional sustentável, aplicado no âmbito dos Estados Federativos e o conceito de desenvolvimento local sustentável, aplicado no âmbito municipal. Assim, licitações realizadas por outras Esferas de Governo que não a federal também adotarão as mesmas práticas sustentáveis em suas jurisdições.

Fica claro que a medida que o termo “Sustentabilidade” integra as leis, este passa a ser um conceito jurídico e incorpora as regras, exigências e limitações legais estabelecidas, inclusive nos campos dos direitos civil, trabalhista e tributário.

Pois a sustentabilidade é um conceito que não se aplica tão somente a questão ambiental, pois também possui um conteúdo ético, social, cultural, tecnológico e econômico.

## 6. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS EM CONFRONTO COM PRINCÍPIOS

### 6.1 Licitações sustentáveis e o princípio da economicidade

O princípio da economicidade é um dos fundamentos da licitação pública, vem expressamente previsto no Art. 70 da CF/1988 e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível.

No que se refere ao princípio da economicidade, Canotilho Et al. (2013) esclarecem que:

Quanto à economicidade, que diz respeito ao critério de uso da menor quantidade de recursos públicos para atingir a maior gama de benefícios ou de beneficiários. Visa averiguar se o gasto público está sendo usado de maneira a permitir que cada unidade de recursos gere o maior benefício possível em termos de pessoas atingidas ou de benefícios a serem concedidos. Visa averiguar se não há desperdício no uso do dinheiro público.

O objetivo almejado pelo Estado é realizar o máximo de ações pelo menor custo possível. A licitação tipo menor preço, tem como um dos critérios de adjudicação a utilização do aludido princípio.

Para Barcessat (2015, p.18), “O princípio da economicidade determina que os recursos financeiros sejam geridos de modo adequado, para que se obtenham os maiores benefícios pelos menores custos”.

Bugarin (2004, p. 129) explica que o da economicidade constitui “[...] busca permanente pelos agentes públicos da melhor alocação possível dos escassos recursos públicos para solucionar ou mitigar os problemas sociais existentes”.

Por outro lado, verifica-se que nos processos aquisitivos de Licitações Sustentáveis o critério menor preço, não deve ser o fundamento dessas aquisições, pois a preservação e a garantia ambiental devem ser os objetivos a serem alcançados. A aquisição de produtos de menor impacto ambiental representam a aquisição mais vantajosa, o que nem sempre corresponderá ao menor preço disponível no mercado, quando comparado a outros produtos.

Assim, procura-se atender ao estabelecido no Art. 225 da CF/1988:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No que tange a economicidade, Garcia e Ribeiro (2012, p. 231-254) explicam que:

É neste contexto que se inserem as licitações sustentáveis, admitindo-se que o Estado arque com um custo maior na aquisição de bens e serviços, mas utilizando seu poder de compra para reordenar o mercado e implementar outros valores constitucionalmente previstos.

Barcessat (2015, p.78) esclarece que as aquisições realizadas através das Licitações Sustentáveis não estão atingindo o princípio da economicidade:

Outrora, os exegetas mais conservadores poderiam argumentar que a incorporação da variável ambiental às licitações não atenderia ao princípio da economicidade. Todavia, tal argumento não mais se sustenta, vez que a adoção da variável ambiental às licitações atende a economicidade. Eventual aumento imediato de custo de produtos e serviços pode ser compensado, a médio e longo prazo, pela redução dos danos ambientais.

Outros autores apresentam argumentos que defendem as aquisições utilizando Licitações Sustentáveis, nesse sentido, Meneguzzi (2015), esclarece que os atributos de sustentabilidade nas compras públicas podem gerar, de fato, acréscimo no custo da contratação, porém, certamente haverá vantagem econômica de longo prazo para a Administração por diversas razões.

Bim (2015) explica que nas aquisições públicas deve ser levado em consideração a economia do todo o ciclo de vida do produto: a execução, conservação, operação, desmobilização e descarte, e não apenas o preço de aquisição dele. O autor defende, ainda, que “Não adianta o produto custar mais barato na hora de adquiri-lo se ele será mais caro em um segundo momento, na hora de instalá-lo, mantê-lo ou mesmo eliminá-lo”.

Ao tratar de custo de aquisição de produtos sustentáveis, Laloë e Freitas (2012) esclarecem que:

Em muitos casos, os bens sustentáveis são mais caros, porque são produzidos inteiramente de acordo com toda a legislação trabalhista e ambiental. Isto significa que, não utilizam mão de obra informal nem trabalho infantil, e todos os impostos devidos são recolhidos.

Esses produtos incluem custos que não são pagos por empresas que desrespeitam regras trabalhistas, previdenciárias e de direito ambiental.

Portanto, a compra de produtos “menos competitivos”, que muitas vezes têm um preço inicial mais alto, será mais vantajosa durante seu ciclo de vida, pois evitará danos ao meio ambiente e contribuirá para a legalidade e a inclusão social, no médio e longo prazos.

Tem que ser levado em consideração que a própria legislação brasileira que em diversos momentos, coloca-se favorável a contratações com menores custos ambientais e de manutenção. A Lei nº 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, estabelece no seu Art. 4º, III:

Art. 4º Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

[...]

III - busca da maior vantagem para a administração pública, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

Registram-se, ainda, outros momentos em que a legislação abre mão da economicidade em favor das políticas públicas, como exemplo a propositura da Lei complementar 123/1996, atualizada pelas Leis Complementares nº 139/2011 e 147/2014, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, estabelecendo normas gerais relativas ao



tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. Tal iniciativa visa proporcionar alternativas para a mudança na realidade socioeconômica da população brasileira, em detrimento a causas menores.

Destarte, conforme verificado anteriormente, o custo mais elevado de um bem ou serviço sustentável seria compensado pela diminuição do custo ambiental, em virtude de um menor potencial lesivo que os aludidos produtos proporcionariam para o meio ambiente.

Conforme indicado, os produtos ou serviços com características sustentáveis geram menos despesas com manutenção durante seu ciclo de vida. Destaca-se ainda que alguns bens sustentáveis, inclusive, possuem ciclo de vida maior que os demais, tornando-os mais econômicos que os produtos que não são sustentáveis.

Assim, inferisse que o custo mais elevado de um bem ou serviço sustentável é compensado pelo custo ambiental, dado o seu menor potencial ofensivo ao meio ambiente.

## **6.2 Licitações sustentáveis e os princípios da igualdade e da competitividade**

Existem princípios que são basilares nas licitações públicas, nesse sentido pode-se destacar o princípio da igualdade e o princípio da competitividade.

No que tange ao princípio da igualdade, constata-se que ele preconiza que não serão concedidas vantagens abusivas e desleais a algum licitante em detrimento a outro.

Assim, no que se refere ao princípio da competitividade, este serve para inibir que a administração se abstenha de incluir nos editais de seus processos licitatórios, condições que frustrem ou impeçam os licitantes participarem no certame.

Discute-se, se as exigências de critérios de sustentabilidade nas licitações atacariam os princípios da igualdade e competitividade do certame, indo de encontro aos preceitos constitucionais instituídos.

Santos (2015, p. 177) posiciona-se da seguinte forma:

Segundo alguns entendimentos, a opção por determinados bens e serviços que atendem aos critérios de sustentabilidade contrariaria o princípio da competitividade, pois muitos desses bens e serviços não são tão usuais no mercado e são fornecidos por um número reduzido de empreendedores, o que reduziria a competitividade nas licitações.

Em sentido contrário, ao posicionamento anterior, Barcessat (2015, p. 73) esclarece que:

[...] a utilização do poder de compra do Estado através das licitações sustentáveis com a finalidade de regulação social, desde que respeitadas as normas e princípios

constitucionais, está longe de ferir o princípio da igualdade, bem tampouco prejudica a competitividade.

Barcessat (2015, p.76) completa seus apontamentos da seguinte forma:

Temos, aqui um exemplo claro de “prestações positivas do Estado”, através da inserção de aparentes desigualdades na lei, que beneficiam o bem comum através da utilização do Poder de compra do Estado, via licitações sustentáveis com finalidades regulatórias.

Para fazer uma reflexão acerca do assunto, necessário se faz ter uma visão profunda do tema que está sendo tratado. Ao se analisar os quesitos que compõem a questão, identifica-se a necessidade de não responder apenas preposições objetivas, mas todas aquelas que estão inclusas no problema.

Assim, ao incluir cláusulas de sustentabilidade, criadas por lei, no edital da licitação, e ainda, dar a respectiva publicidade a ele, não ofende a competitividade ou igualdade entre os licitantes, haja vista que tais cláusulas não impediriam que determinados licitantes participassem do certame em detrimento a outros, ou seja, só participariam aqueles licitantes que teriam efetivamente os produtos que a administração necessita, não aqueles que não possuem os produtos solicitados. Nesse sentido, verifica-se que não há posicionamento de limitar a participação de fornecedores de uma região, de forma injustificada, mas o critério seletivo seria para atender ao objeto ora solicitado pela a Administração Pública.

Barcessat (2015) esclarece, ainda, que realizar licitações sustentáveis não ofende ao princípio da igualdade, nem tão pouco ao princípio da competitividade, pois a inclusão das exigências de sustentabilidade estão previstas em lei, assim não é ferido o princípio Isonômico.

Concordando com que fora dito anteriormente, Garcia e Ribeiro (2012) defendem que desde que previsto em edital a descrição do bem ou serviço sustentável a ser licitado, não há que se falar em ofensa aos princípios da licitação. “Ora, a inserção de critérios de sustentabilidade ambiental no objeto não implica qualquer violação ao princípio da Isonomia”.

Para não haver mais dúvidas, quanto aos quesitos estudados anteriormente, no momento em que a Lei 8.666/93, incluiu como um dos objetivos da licitação o desenvolvimento nacional sustentável, positivou-se a questão.

Cabe destacar, ainda, que as práticas licitatórias que colocam descrições excessivas, que gerem favorecimento, colidem com o que fora discutido anteriormente, estas devem ser

evitadas, pois poderão ser impugnadas pelo licitante, e o gestor público poderá ser punido no âmbito da esfera de suas atribuições.

Por fim, a inclusão de cláusulas de sustentabilidade em processos licitatórios, obedecendo aos preceitos legais, é salutar de acordo com a doutrina, pois possibilitam a contratação de bens e serviços mais adequados às necessidades de proteção ambiental, com menor custo de manutenção e descarte, e principalmente, menor impacto no meio ambiente.

## **7. FINALIDADE DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Assegurar às futuras gerações o acesso a um meio ambiente equilibrado, na forma do Art. 225 da Constituição Federal, é a finalidade precípua das licitações sustentáveis.

Percebe-se que a sociedade como um todo, mas em especial o Estado, se deu conta que apenas preservando os recursos naturais é que há possibilidade de desenvolvimento econômico. Ou seja, não existe mais espaço, no Estado brasileiro, para a exploração desenfreada dos recursos naturais e ao crescimento econômico desordenado, desesperado, e que viole o direito das futuras gerações.

Além disso, o próprio Art. 3º da Lei nº 8.666/1993 elenca as finalidades do procedimento licitatório, sendo elas: a seleção da proposta mais vantajosa, a isonomia entre os participantes e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, deve se conseguir chegar a esses objetivos respeitando os princípios norteadores da licitação.

Identifica-se que, com a inclusão da promoção do desenvolvimento nacional sustentável como terceira finalidade legal da licitação, surge uma nova função social a ser observada pela lei.

Ferreira (2012, p. 39) destaca que a nova função social da licitação passa a configurar “como uma obrigação genérica e ordinária, da qual o gestor público apenas poderá se desonerar por justa causa, devidamente motivada e comprovada”.

Segundo esclarece Reis (2011) às licitações devem ser examinadas também como um instrumento para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e não só como um processo com caráter puramente econômico.

Sendo assim, os certames deverão perquirir aspectos ambientais, sociais e econômicos relacionados às propostas e aos licitantes.

## 8. CONCLUSÃO

Realizar licitações sustentáveis não pode ser apenas um modismo que a nação subdesenvolvida deve fazer. O Brasil é muito mais que isso, o seu modelo nacional deve servir de parâmetro para o mundo, o Estado brasileiro deve encarar isso como uma necessidade para a sobrevivência humana, e os mecanismos implantados aqui devem servir de referência e copiados por todos.

O critério seletivo, exclusivo, de menor preço, deve ser abandonado, a busca é pela a proposta mais vantajosa para Administração aliada com a proteção necessária ao meio ambiente.

Identificou-se neste estudo, que embora a doutrina levante a hipótese de estar sendo feridos os princípios da economicidade, igualdade e competitividade, nas licitações sustentáveis, esta ocorrência não fora ratificada.

No que se refere ao princípio da economicidade, verificou-se que o suposto custo adicional para contratação de produtos e serviços sustentáveis é compensado pelo menor impacto ambiental. As contratações sustentáveis não ofendem de maneira alguma tal princípio, pelo contrário, elas se alinham a ele, pois verifica-se que, no médio e no longo prazo, as contratações verdes geram economia em relação às contratações não sustentáveis, pois há uma redução dos custos ambientais, principalmente a diminuição dos custos com manutenção e com os custos com descarte do produto ao término da sua serventia, e ainda, ocorre o aumento da vida útil do bem, em alguns casos.

Assim, a realização das licitações sustentáveis não ofende o princípio da economicidade do recurso público.

Destarte, conforme verificado, as licitações sustentáveis também não ofende aos princípios da igualdade e da competitividade da licitação, pois a própria Lei 8.666/1993 e a Constituição Federal possuem dispositivos que amparam a realização desse tipo de licitação, ou seja, trata-se de uma desigualdade criada pela lei, não constituindo, portanto uma ofensa a esses princípios.

Desta forma, depois de realizado o estudo em tela, ratifica-se o entendimento de que não há nenhuma ofensa legal ou constitucional, no que tange a realização de licitações sustentáveis, não havendo qualquer óbice quanto à sua efetivação.

## REFERÊNCIAS

BARCESSAT, Lena. **Papel do estado brasileiro na ordem econômica e na defesa do meio ambiente: necessidade de opção por contratações públicas sustentáveis**. In: SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa (coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

BELLEN, H. M.V. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**, Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BETIOL, L. S. et al. **Compra Sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2012.

BIM, Eduardo Fortunato. **Considerações sobre a juridicidade e os limites da licitação sustentável**. In: SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa (coord.). **Licitações e Contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

BINDERMAN, R. et al, (Orgs). **Guia de Compras públicas sustentáveis. Uso do poder e compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável**. 2 Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil03/Constituicao/Constituicao.htm>>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. **Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm)>. Acesso em: 22 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 22 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm)>. Acesso em: 22 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010. **Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do Art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm)>. Acesso em: 22 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011. **Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2-14/2011/Lei/L12462.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2-14/2011/Lei/L12462.htm)>. Acesso em: 22 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. **Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES.** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm)>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm)>. Acesso em: 21 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. **Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm)>. Acesso em: 17 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8958.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8958.htm)>. Acesso em: 15 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/10973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10973.htm)>. Acesso em: 21 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994. **Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8883.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8883.htm)>. Acesso em: 21 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006. **Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.** Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111284.htm)>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte.** Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em: 19 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011. **Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato)>. Acesso em: 21 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014. **Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.** Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp147.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp147.htm)>. Acesso em: 13 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm)>. Acesso em: 10 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017. **Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9178.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9178.htm)>. Acesso em: 10 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018. **Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o Art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2018/decreto/D9412.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2018/decreto/D9412.htm)>. Acesso em: 10 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012. **Regulamenta o Art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm)>. Acesso em: 10 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012. **Regulamenta o Art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm)>. Acesso em: 10 Set. 2018.

BUGARIN, Paulo Soares. **O princípio constitucional da economicidade na jurisprudência do Tribunal de Contas da União.** Belo Horizonte: Fórum, 2004.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito Administrativo**. 28 Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 13 Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FERREIRA, Daniel. **A licitação pública no Brasil e sua nova finalidade legal: a promoção do desenvolvimento nacional sustentável**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FORTUNA, Marcos Rogério. **Pregão eletrônico: economia, Celeridade e Transparência nas Contratações Públicas**. Brasília: 2015.

GARCIA, Flávio Amaral; RIBEIRO, Leonardo Coelho. **Licitações públicas sustentáveis**. *RDA – Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 260, p. 231-254, maio/ago. 2012. Disponível em: <[http:// bibliotecadigital. fgv.br/ojs/index. php/ rda/article/viewFile/8836/7629](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/8836/7629)>. Acesso em: 22 Set. 2018.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. **Annual Report**. 2011. Disponível em: <[http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/page/annual\\_report\\_2011/](http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/page/annual_report_2011/)>. Acesso em: 20 Set. 2018.

GREGO, Alessandro; BARROS, Denise. **Esgotamento dos recursos naturais**. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/esgotamento-dos-recursos-naturais/>>. Acesso em: 21 Set. 2018.

JÚNIOR, Cléo Oliveira Fortes. **História das licitações do Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.fortesjr.com.br/breve-historia-das-licitacoes-no-brasil/>>. Acesso em: 24 Ago. 2018.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 10. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 14 Ed. Intejara, 2012.

LE MOS, Patrícia Fraga Iglecias. **Direito Ambiental: responsabilidade civil e proteção ao meio ambiente**. 3. Ed. São Paulo: Editora RT, 2010.



LALOE, Florence Karine; FREITAS, Paula Gabriela de Oliveira. **Compras Públicas Sustentáveis: uma abordagem prática**. 1ª Ed. Salvador: Secretaria da Administração do Estado da Bahia - Saeb, 2012. Disponível em: <[http://www.comprasnet.ba.gov.br/sites/default/files/Compras\\_P%C3%BAblicas\\_%20Sustent%C3%A1veis.PDF](http://www.comprasnet.ba.gov.br/sites/default/files/Compras_P%C3%BAblicas_%20Sustent%C3%A1veis.PDF)>. Acesso em: 23 Ago. 2015.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21 Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 40 Ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 14 Ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2004.

MENEGUZZI, Rosa Maria. **Conceito de licitação sustentável**. In: SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa (coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Contratações Públicas Sustentáveis**. 2018. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/contratacoes-sustentaveis>>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Emprego e previdência**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/emprego-e-previdencia/2015/03/contratacoes-publicas-movimentam-r-16-7-bilhoes>>. Acesso em: 23 Ago. 2018.

PEREIRA, Alexandre de Oliveira; SENNA, Ana Júlia Teixeira; ALVES, Ricardo Ribeiro. **Análise do perfil das licitações sustentáveis realizadas por Organizações Militares do Exército Brasileiro**. Santa Maria: Revista do Centro do Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria, V. 18 n. 1 Abr 2014, p.607-628. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/2236117012862>>. Acesso em: 20 Set. 2018.

REIS, Luciano Elias. **Inovações legislativas nas contratações administrativas para a incrementação da responsabilidade socioambiental por intermédio do fomento da pesquisa científica e tecnológica**. In: Seminário Ítalo-Brasileiro, 2011, Curitiba. Anais do I Seminário Ítalo-Brasileiro em Inovações Regulatórias em Direitos fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade e VI Evento de Iniciação Científica UniBrasil 2001. Curitiba: Negócios Públicos, 2011.

RIBEIRO, Geraldo Luiz Viera. **A Evolução Da Licitação**. 2007. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21103-21104-1-PB.pdf>>. Acesso em: 21 Set. 2018.

RIGOLIN, Marco Tullio Bottino. **Manual prático das licitações: (lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993)**. Imprensa: São Paulo, Saraiva, 2009.

SANTOS, Fernanda Marinela de Sousa. **Direito Administrativo**. 12<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Ed Saraiva, 2018.

SANTOS, Murilo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro. **Licitações e Contratações Públicas Sustentáveis**. 1<sup>a</sup> Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SANTOS, Murillo Giordan. **Poder normativo nas licitações sustentáveis**. In: SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa (coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

SEIFFERT, M.E.B. **Desenvolvimento sustentável**. In: SEIFFERT, M.E.B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

STURLA, Adriana Andréa Dumbra. **Sustentabilidade: Plano Diretor de Campinas**. 2018. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/2209/a-sustentabilidade-constituicao-federal-plano-diretor-campinas>>. Acesso em: 20 Set. 2018.

TACHIZAWA, T. **Transformações empresariais, gestão ambiental e responsabilidade social**. In: TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2011.